



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Faculdade formação de professores**  
Departamento de Educação  
Faculdade de Pedagogia

Laís Barros Pinto do Nascimento

**A importância da Inclusão Escolar desde a Educação Infantil**

Rio de Janeiro

2014

Laís Barros Pinto do Nascimento

## **A importância da Inclusão Escolar desde a Educação Infantil**

Dissertação de Monografia a ser apresentado o Curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos Necessários para a conclusão do curso.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Gianine Maria de Souza Pierro

Rio de Janeiro

2014

Laís Barros Pinto do Nascimento

## **A importância da Inclusão Escolar desde a Educação Infantil**

Dissertação de Monografia a ser apresentado o Curso de Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos Necessários para a conclusão do curso.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Orientadora:

Prof<sup>a</sup>. Dra. Gianine Maria de Souza Pierro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Faculdade Formação de Professores

Rio de Janeiro

2014

## DEDICATÓRIA

À minha família que me ensinou o poder e a importância de se buscar sempre uma boa educação, aos amigos e a todos que acreditaram e incentivaram a mim durante toda a minha jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a dádiva de acordar a cada dia e ter esperança, ânimo e coragem de seguir em frente.

Aos meus pais, Amaury e Cleide, e meu irmão, Gabriel, que sempre me apoiaram e me incentivaram nas minhas escolhas e decisões. Sem eles nada seria possível.

A meu marido, Leonardo, por ter me apoiado e me ajudado principalmente nos dias de estresse, ansiedade, sempre me dando palavras de incentivo e força.

A todos os meus familiares que de alguma maneira participou e sonhou comigo e me ajudou a realizar este sonho.

Aos meus amigos Cássia, Camila, Jéssica, Michel e Roberta, que fizeram as aulas parecerem menos cansativas, os trabalhos mais engraçados e interessantes, os dias mais alegres e São Gonçalo um destino maravilhoso... rs. Obrigada pelas conversas, pelos desabafos, pelas fofocas, pelos furos, pelos micos inesquecíveis, pelas pérolas. Bom, obrigada por tudo o que passamos, sem vocês esses quatro anos que se passaram seriam um tédio.

Agradeço a todos os professores do curso de Pedagogia da UERJ - FFP, que contribuíram muita para a minha formação.

Agradeço também, a todos os meus professores, eternos professores, desde a Educação Infantil ao Pré-Vestibular, pois, foram eles que me deram base e incentivaram meus sonhos para que eu chegasse até aqui e o concluísse. Hoje, muitos deles meus colegas de trabalho.

A todos, muito obrigado!

Resistimos à inclusão escolar porque ela nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluímos por motivos, muitas vezes banais e inconsistentes, apoiados por uma organização pedagógica escolar que se destina a alunos ideais e padronizados por uma concepção de normalidade e de deficiência arbitrariamente definida.

*Maria Teresa Eglér Mantoan*

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p.29)

Quando descobri que queria estudar Pedagogia e ser professora decidi que queria trabalhar na Educação Infantil, crianças me fascinam.

Na faculdade tive a matéria de Educação Infantil no terceiro e quarto período, o que me fez ficar ainda mais encantada por esse tema, pois pude perceber que é na Educação Infantil que as crianças aprendem brincando, adquirem autonomia, desenvolvem seu movimento psicomotor, introduzem no mundo da leitura e das artes e iniciam suas relações sociais e afetivas, transformando-as em aprendizado. Essa etapa da educação contribui e muito para a formação cognitiva e social das crianças.

A meu ver, a Educação Infantil é a verdadeira base da aprendizagem, aquela que deixa a criança pronta para aprender.

Outro tema de meu interesse é a Educação Especial e interesse-me por esse assunto desde muito nova.

Desde criança, tive contato com crianças especiais e achava-as muito interessante. Quando tinha três anos entrei para o balé e costumava me apresentar em escolas com atendimento especializado (APAE, APADA, Pestalozzi, entre outras). Foi desde então que me encantei por elas. Foi maravilhoso para mim esse contato desde muito nova, pois pude perceber que ser especial é normal, todos nós temos diferenças, ninguém é igual a ninguém.

Essas crianças me encantavam, e me encantam até hoje, por serem diferentes de mim (às vezes diferentes fisicamente, às vezes não; cegas, surdas, deficientes mentais, hiperativos, autistas...), porém, eram, também, crianças e tinham o mesmo interesse que eu. Brincavam, corriam, se divertiam, brigavam, choravam, tinham família, amigos, estudavam, iam ao shopping, ao teatro, cinema assim como qualquer outra criança dita normal. Isso me fazia questionar porque elas eram consideradas especiais.

Sempre tive curiosidade de aprender libras (prestava muita atenção e tentava decifrar a conversa) e braile (não podia ver nada escrito em braile que fechava os

olhos e tentava, com os dedos, ler o que estava escrito), mas só tive essa oportunidade agora. E estou aprendendo para, além, de me aprimorar como professora e futura pedagoga e pensando no futuro da educação em que teremos obrigação de ter escolas inclusivas, poder ajudar essas pessoas; que muitas das vezes são discriminadas pela sociedade.

No terceiro período da faculdade tive, também, a matéria de Educação Especial, a partir daí decidi que ela seria o tema da minha monografia, mas, como são dois, os temas de meu interesse, decidi juntá-los para minha pesquisa. No começo fiquei desanimada, pois essa unificação de tema, Educação Especial e Educação Infantil, não era muito pesquisado. Logo depois pude perceber que trabalhar esses dois temas juntos seria uma inovação e isso me animou, por isso decidi continuar em minha pesquisa.

No sexto período da faculdade, na matéria de Estágio, tive a oportunidade de escolher a escola em que iria estagiar, procurei, então, escolher uma escola que tivesse algo para acrescentar em minha pesquisa monográfica. Escolhia uma escola de Educação Infantil inclusiva. Nela pude perceber os dois temas (Educação Especial e Educação Infantil) sendo trabalhados juntos e com grandes resultados. Logo no primeiro dia de estágio pude perceber a diferença de uma criança especial incluída no meio escolar, desde a Educação Infantil, e outra não. Aquela incluída desde o alicerce do ensino, a Educação Infantil, é mais autônoma, tem a psicomotricidade e a fala mais desenvolvidas e interagem com mais facilidade com as outras crianças.

Em salas de aula, onde há inclusão, as crianças enriquecem-se por terem a oportunidade de aprender umas com as outras.



## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o processo e a evolução da Educação Especial à Educação Inclusiva, focando principalmente na educação Infantil. Adotou-se o método qualitativo de caráter bibliográfico. Verificou-se através do estudo dos autores que o portador de necessidades especiais foi e ainda continua sendo segregado da sociedade e da educação, mas esse quadro precisa mudar, principalmente no que tange a educação. O portador de necessidades especiais é também parte integrante de nossa sociedade, sendo capaz de se relacionar com outras pessoas, podendo assim, frequentar uma escola como qualquer outra. A tendência na educação aponta para a integração de pessoas portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino desde crianças, na Educação Infantil. Acredito que seja mais fácil ocorrer a inclusão nessa etapa, pois as crianças ainda são seres sem preconceitos e as incluem com mais naturalidade. Os educadores precisam contribuir para que esse aluno, portador de necessidades especiais, possa ter garantido o seu direito à educação e assim, integrar-se socialmente.

**Palavras chave:** Educação Inclusiva, Educação Especial, Educação Infantil.

## **ABSTRACT**

This paper aims to reflect on the process and the evolution from Special Education to Inclusive Education, focusing primarily on children education. We adopted a qualitative method in a bibliographical character. We can notice through the study of the authors that people with special needs have been and still remain segregated from the society and from the education, but this situation needs to change, especially in regard to education. The person with special needs is also an integral part of our society, being able to relate to other people and thus attend to school like any other person. The trend in education is towards the integration of people with special needs into the regular school system since his/her childhood, during children education. I believe to be easier this inclusion occurs during children education because children have no prejudice and this inclusion may occur more naturally. Educators need to guarantee these students with special needs their right to education and thus they can be integrated to socially.

**Keywords:** Inclusive Education, Special Education, Early Childhood Education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1. EDUCAÇÃO ESPECIAL e EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	<b>16</b>
<b>1.1 INTEGRAÇÃO e INCLUSÃO</b>	<b>23</b>
<b>1.2 A INCLUSÃO E SEU PANORAMA</b>	<b>26</b>
<b>1.3 CAMINHOS DA INCLUSÃO NO BRASIL</b>	<b>31</b>
<b>2 INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>39</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

A nossa escola foi planejada, para atender um determinado tipo de estudante, quase que “padronizado”, contudo, hoje a realidade é outra, pois, a clientela é bastante diversificada, e exige dela, portanto, a adoção de novas estratégias de ensino que possibilitem atender as necessidades educativas de todos os indivíduos.

A educação inclusiva é, pois, uma ruptura com os valores da educação tradicional, implicando na formulação de novas políticas e na reorganização da educação. Exige que se modifique o sistema educacional brasileiro, ainda seletivo, voltado para atender crianças no padrão de normalidade e, não todas as crianças.

É preocupante quando nos damos conta de que muitas escolas até agora, não conseguem assegurar a educação de qualidade às nossas crianças, e continuam ainda com uma prática mais excludente do que inclusiva. A maioria de nossas escolas, além de não apresentarem condições estruturais e, principalmente, didático-pedagógicas, para atender determinadas clientelas, pecam também por discriminar os marginalizados. É preciso transformá-las. Não podemos pensar que essa transformação se dará, somente, por diretrizes políticas e por forças de lei. Ela depende, também, de cada um de nós, principalmente dos professores, pois, o primeiro e mais importante passo para a inclusão é que a criança seja acolhida na sala de aula.

Acreditamos que está na educação, sem dúvida, a principal ferramenta para a transformação social verdadeira que tanto almejamos. (...) Desta forma, nossa sociedade e, por conseguinte, nossa escola, está envolvida por uma lógica que determina a exclusão de alguns grupos para o beneficiamento de outros, em detrimento dos valores igualitários expressos em diversas declarações mundiais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (SANTOS; PAULINO, 2008, p.11).

Temos claro que essa não é uma tarefa fácil para a escola e muito menos para o professor, mas acreditamos na sua capacidade de ultrapassar as dificuldades inerentes a todo processo educativo e no seu desejo de ensinar todas as crianças.

As experiências de muitos professores têm demonstrado que é possível e gratificante trabalhar em sala de aula com diversidade, que é possível implementar uma educação inclusiva, enfrentar e superar desafios, desde que a caminhada seja solidária com a participação do professor, da escola, da família, da sociedade e

todos os envolvidos com a educação das crianças. A inclusão é responsabilidade de todos e não somente do professor.

Estamos, pois, diante de um grande desafio: como garantir o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, incluindo as crianças com deficiências sensoriais (auditiva e visual), deficiências físicas e de locomoção, as crianças com as chamadas deficiências mentais de graus elevados, crianças com síndrome como Autismo e Down e crianças com Altas Habilidades (superdotados)? Como transformar nossa escola excludente, discriminadora, numa escola inclusiva?

A perspectiva favorável de se fazer inclusão, como afirma Pires (2006), exige “*viver com profundidade, intensamente, a atitude ética do educador, cujas três vertentes básicas são: primeira, **crer na inclusão**; segunda, **desejá-la**; terceira, **construí-la**”.*(p.29)

O professor assume um importante papel para que a inclusão aconteça. É, também, o parceiro solidário na construção de uma escola sem preconceitos de qualquer natureza e com práticas educativas que oportunizem uma educação de qualidade para alunos com, e sem deficiência.

Os educadores verdadeiramente engajados no processo de inclusão são os criadores e defensores de novos valores e novas condutas que rompem com a moral tradicional, instaurando a nova ética. Por isso eles são seres criativos: os criadores éticos são capazes de colocar suas vidas a serviço de um novo tempo, inaugurado por eles graças às suas ações, que contrariam a moral vigente. (PIRES, 2006, p.52)

Concordo com Figueira quando diz:

Nenhum professor está preparado para trabalhar com a Inclusão Escolar até o momento em que chegue a sua turma um aluno a ser incluído, ou seja, ninguém em nenhuma situação está preparado para resolver algo que nunca vivenciou. [...] Mas o verdadeiro professor consciente de seu compromisso e desafio ético de educar a todos que pertencem ao seu alunado, [...], o bom educador reconhece que sua formação é permanente, contínua e flexível. [...] O bom educador preocupasse com o seu processo de autoconhecimento, com a descoberta de conhecimento e interesses próprios, com suas motivações pessoais. (FIGUEIRA, 2011, p.35 e 36)

O professor, como já disse, é a peça fundamental para que aconteça uma inclusão. E para a inclusão ser de qualidade, deve estar em constante aprendizado, sempre procurando se aperfeiçoar e aprender mais. Quando receber um aluno portador de necessidades educacionais especiais deverá estudar e se aprofundar

sobre esta necessidade, para que possa encontrar uma maneira de se relacionar bem e preparando-se, bem, para contribuir com a formação e o aprendizado para o aluno que venha a integrar sua sala de aula. Ao buscar o maior número e fontes de informações e formas de trabalhar com ele, o professor descobrirá, naturalmente no dia a dia, suas próprias técnicas e adaptações de atuações em cada caso.

Tenho por objetivo nesta monografia tornar claro o sentido da inclusão escolar, tornando-a compreensível e mostrar que precisa ser respeitada; demonstrar também a possibilidade da inclusão, focando principalmente na Educação Infantil, para a transformação geral das escolas, almejando atender os princípios deste novo modelo educacional. Não tenho o objetivo que todos sejam a favor desse modelo educacional, respeito as pessoas que pensam de maneiras diferentes e não aceitam a inclusão. Mas, por ser um modelo agora obrigatório, busco com esse trabalho orientar, principalmente os educadores, para que se mantenham em constante formação para podermos continuar a fazer um trabalho de excelência, não prejudicando nenhum aluno, seja ele portador de necessidades especiais ou não.

Inclusão de pessoas com deficiências é sim possibilidade, assim como é possibilidade a construção de uma sociedade mais digna para todos, com ou sem deficiência. Mas isso só será possível quando cada cidadão, cada um de nós entendermos que o movimento pela inclusão não é algo que está distante; o movimento pela inclusão é algo que deve fazer parte do nosso cotidiano.

O primeiro capítulo, *Educação Especial e Educação Inclusiva*, apresenta as mudanças que ocorreram ao longo do tempo no conceito de deficiência, mudanças essas que caracterizam a forma como a sociedade e culturas tratavam os indivíduos que não apresentavam os padrões estabelecidos como normais. Vamos ver, também, que nas diferentes sociedades, em diferentes épocas, predominou, e ainda predomina, a exclusão das pessoas consideradas anormais, conforme padrão de normalidade estipulado em cada cultura. Apresenta, ainda, um breve conceito do que é a Educação Especial e Educação Inclusiva, buscando diferenciar estas duas modalidades.

O segundo capítulo, *Integração e Inclusão*, nos mostra que o conceito de inclusão é global, completo e integral, é um modelo educacional guiado pela certeza de que discriminar seres humanos é filosoficamente ilegal, e incluir é acreditar que todos têm o direito de participar ativamente da educação e da sociedade em geral. E

nós, professores e escolas, temos que aceitar as diferenças dos nossos alunos, nos moldando a eles, e não ao contrário; fazer com que eles se “normalizem” para, assim, serem aceitos pelas escolas.

No terceiro capítulo, *A Inclusão e seu panorama*, nos traz algumas das principais conferências e declarações, e dos principais documentos e movimentos a respeito da inclusão de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ao redor do mundo, focando principalmente no Brasil.

No quarto capítulo, *Caminhos da Inclusão no Brasil*, é relatada a trajetória e a evolução da Educação Inclusiva no Brasil. Traçando uma breve história da evolução da inclusão desde os primeiros anos de colonização brasileira até os dias atuais.

No quinto capítulo, *Inclusão na Educação Infantil*, podemos perceber a naturalidade e facilidade que as crianças têm para conviver e interagir com os portadores de necessidades especiais. É uma fase mais oportuna para a quebra de paradigmas da inclusão e discriminação.

Ao meu ver, a discriminação e o preconceito estão contextualizadas em situações/comportamentos/conceitos nas famílias e/ou na sociedade. Quando a criança é inserida em uma escola inclusiva desde a Educação Infantil, na sua primeira infância, ela percebe que ser diferente é normal.

Segundo Crochik (1997), o preconceito às reações frente ao estranho, a algo que parece ameaçador.

O preconceito diz respeito a um mecanismo desenvolvido pelo indivíduo para poder se defender de ameaças imaginárias, assim é um falseamento da realidade, a qual o indivíduo foi impedido de enxergar... (p. 18)

Quantas vezes excluímos com o olhar, com palavras; quantas vezes menosprezamos o outro por ser diferente. Quantos de nós já nos sentimos excluídos em diferentes situações. É preciso que nós nos coloquemos no lugar dos outros e ver se gostaria que [a exclusão, o preconceito] acontecesse conosco.

## Capítulo 1: EDUCAÇÃO ESPECIAL e EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial nasceu numa sociedade em que a educação formal era ainda direitos de poucos. Para que se possa falar em educação especial e educação inclusiva, é fundamental que se reflita a história, atitudes e formas de vida em sociedade e os produtos de escolhas culturais que atendam as necessidades dos homens, num determinado contexto, numa determinada época.

Sabemos que, historicamente, as pessoas portadoras de deficiência sempre foram discriminadas. Em determinadas épocas mais e, em outras, menos. Ao longo da história a relação entre o normal e o patológico sempre esteve presente.

Autores como Stobäus e Mosquera (2000) definem que o que pode ser considerado *normal* é aquilo que é muito semelhante dentro de um grupo ou para um grupo de pessoas, e o que é passível a ser considerado anormal, patológico ou muito diferente, pode variar de um grupo para outro ou em contextos diferentes.

A história humana nos revela que, desde, a antiguidade, já se descreviam pessoas com alterações e anormalidade de origem genética. Essas pessoas eram tiradas do convívio social, encerradas em suas casas, escondidas pelos familiares e, às vezes, pelas autoridades, ou em outro lugar para serem tratadas.

Assim procediam, também os gregos e romanos que escondiam os deficientes, por serem considerados diferentes do normal, do padrão da sociedade, no qual a beleza, a estética, a inteligência, dentre outros elementos, eram tidos como os mais relevantes. Na Antiga Grécia, as crianças com má formação eram eliminadas.

Na Idade Média, a deficiência era relacionada a forças demoníacas, levando a julgamentos, perseguições e encarceramento. Os padrões sociais eram determinados em um sentido ético, moral e intelectual, e sob a forte influência da Igreja. Aqueles que não se enquadravam dentro dos padrões estabelecidos eram punidos ou condenados. Nessa época ter um filho excepcional, era visto como uma espécie de maldição, às vezes ligado a algo diabólico. Esses “diferentes” podiam ser executados na forca, ou queimados vivos, como no período da Inquisição.

Nos séculos XVIII e XIX, o preconceito e a exclusão não desapareceram, mas a forma de tratamento excludente e desumana em que eram tratados alguns grupos sociais, foi sendo questionada ao longo do tempo.



Com a *Filosofia Iluminista* que incorporava as doutrinas de igualdade, da bondade natural, do ilimitado aperfeiçoamento da humanidade, começou-se a ter uma visão mais humanitária dos deficientes pela influência dos pensadores dessa época, dentre os quais se destacam o filósofo Locke, os educadores Rousseau e Pestalozzi, cujas ideias questionaram a forma como eram tratados os prisioneiros de guerra e os loucos.

Também, tiveram influência as ideias dos pensadores e políticos *liberais* da Revolução Francesa, que proporcionaram uma visão mais humana da deficiência.

A deficiência, nessa época, passa a ser objeto de estudo da medicina, principalmente, porque era encarada como doença e como tal, precisava ser tratada.

A constatação de que portadores de necessidades educacionais especiais poderiam aprender não era mais suficiente, e passou a ser uma preocupação adicional para saber “o que”, “para que”, e “onde” eles poderiam aprender.

No início do século XX, foram criadas as chamadas “escolas especiais”, cuja política era separar e isolar as crianças com deficiência do grupo de crianças consideradas normais.

Nessa fase, embora algumas crianças com deficiência mental fossem consideradas educáveis, entendia-se que deveriam ser educadas separadamente. Essa compreensão de que o deficiente seria melhor atendido, isolado das demais crianças tidas como normais, predominou até a década de 60.

Houve nas décadas de 60 e 70, um grande movimento para retirar pessoas com deficiência das grandes instituições e reinseri-las na comunidade.

Nessa época importantes mudanças ocorreram na educação especial, consequência dos movimentos dos pais de crianças deficientes, que começaram a reivindicar espaços nas escolas regulares para seus filhos, o que resultou no estabelecimento do direito à educação pública gratuita de todas as crianças com deficiência, conforme decisão dos Tribunais da Pensilvânia (1971/1972). Portadores de deficiência, pais e profissionais passaram também a exercer fortes pressões sobre a sociedade em geral, no sentido de garantir os direitos fundamentais e evitar discriminações.

Com essa conquista, a concepção de educação especial paralela à educação regular, começa a declinar. Passou-se a utilizar, no lugar da expressão deficiência, o termo “Necessidade Educativa Especial”. Ampliaram-se as possibilidades para a

integração das crianças com deficiência na escola regular, tendo como principal objetivo a valorização da criança, o desenvolvimento dos seus direitos e potencialidades.

Mas, embora a integração requeresse maior igualdade, se constituísse um grande avanço, poucos benefícios proporcionaram para o desenvolvimento das crianças com deficiência. Isso porque a deficiência era tratada como um problema da criança, cabendo a ela tornar-se apta a integrar-se aos padrões do meio social. No lugar da escola adaptar-se às necessidades dos alunos, eram eles que deveriam adaptar-se a escola.

No “Relatório Warnock” (1979), elaborado por especialistas ingleses, foram apontadas três formas de aplicar a integração escolar na prática: a integração física, a social e a funcional. A integração física envolvia a construção de classes especiais em escolas comum, mas que fossem organizações independentes. A integração social pressupunha a frequência a serviço de Educação Especial, com a participação de alguns portadores de necessidades educacionais especiais em algumas atividades extra-classe com os demais alunos. A integração funcional a mais desejável, pressupunha a participação de alunos com necessidades educacionais especiais, em tempo parcial ou integral, na classe comum.

No início da década de 80, buscou-se um avanço na ideia de integração. É a época do *mainstreaming*, das tentativas de envolver essas pessoas, principalmente crianças em idade escolar, na corrente principal da comunidade, da maneira que fosse possível, seja em sala de aula com os demais alunos, seja na hora do recreio ou em atividades extracurriculares etc. Assim:

O movimento denominado *mainstreaming*, cujo o objetivo é adaptar o aluno deficiente às classes comuns, preconiza que o professor procure realçar as semelhanças entre as crianças deficientes e as normais, minimizando as diferenças entre elas. (RAIÇA e OLIVEIRA, 1990, p. 5)

Na integração, aluno era moldado para se tornar o mais próximo possível das crianças normais, para que conseguisse se adequar e ser aceito nas classes regulares de ensino.

A integração escolar era concebida como um processo com vários níveis por meio do qual o sistema educacional proveria os meios mais adequados para atender as necessidades dos alunos. O nível mais adequado seria aquele que melhor

favorecesse o desenvolvimento de determinado aluno, em determinado momento e contexto, e esse seria o nível com mínimo possível de restrição.

Foi criada, então, a proposta de “Inclusão Total” que se configurava de forma mais radical, no sentido de defender a inclusão de todas as pessoas, independente do tipo e grau de limitação, na classe comum da escola regular, e também a eliminação dos programas paralelos de Educação Especial. Essa proposta de reestruturação escolar tinha como alvo melhorar a educação da população, além de trazer implicações para a educação das crianças com necessidades educacionais especiais, na medida em que tais mudanças resultaram em maior flexibilidade para as escolas. Aos poucos a temática da *integração* vai dando lugar à *inclusão*.

A partir da década de 90 o contexto histórico parece reforçar cada vez mais a ideologia da Educação Inclusiva para os alunos com necessidades educacionais especiais.

O termo “Educação Inclusiva” foi uma proposta de aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado “Inclusão Social”, que é proposto como um novo paradigma, que implicaria na construção de um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

O movimento pela Educação Inclusiva significa uma crítica às práticas marginalizantes encontradas no passado, inclusive as da própria Educação Especial.

[...] a mudança só pode ocorrer em pequenos avanços [...] a aceleração do processo pode fazer com que os indivíduos rejeitem as novas práticas e sabotem os esforços de reforma. (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 264)

A Educação Especial ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas.

É organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Onde profissionais especializados como educador físico, professor, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional trabalham e atuam para garantir tal atendimento.

Concede condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular; garante a transversalidade das ações da educação especial no ensino

regular; estimula o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; assegura condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino; possui construção apropriada de prédios escolares para acessibilidade e formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; implantação de salas de recursos multifuncionais. As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

Educação Inclusiva é um processo em que se amplia à participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. A Educação Inclusiva implica em uma escola de qualidade para todos.

Possui acesso para estudantes com deficiência à educação inclusiva em suas comunidades locais; atribui um novo sentido à educação escolar, garantindo o sucesso para a aprendizagem de todos; busca adaptações curriculares que atendam às necessidades e expectativas do aluno, assegurando uma educação de qualidade para todos; recebe o fornecimento de recursos de todas as instâncias governamentais e de iniciativa privada, a fim de garantir o sucesso e a permanência de todos na escola; rompe barreiras arquitetônicas e principalmente atitudinais; busca a formação continuada para o professor, com previsão e provisão de recursos necessários a sua capacitação; garante um projeto pedagógico que possibilite resgatar a cidadania e o direito do aluno, possibilitando a construção de seu projeto de vida; capacita à escola para atender a todos os alunos.

Os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender suas necessidades. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL, 1996, p. 150)

Inclusão - esse é o novo paradigma educacional no qual o ensino regular recebe estudantes que compreendem toda a diversidade de pessoas existentes em nossa sociedade, incluindo aqui alunos com necessidades especiais.

A Inclusão educacional não é um processo que envolva somente um lado, mas abrange duas direções, envolvendo atuação junto à pessoa com necessidades educacionais especiais e atos junto à sociedade.

“O desenvolvimento das escolas inclusivas implica modificações substanciais na prática educativa, desenvolvendo uma pedagogia centrada na criança e capaz de dar respostas às necessidades de todas as crianças, incluindo aquelas que apresentam incapacidade grave” (BLANCO, 1998).

A Educação Inclusiva tem consciência da diversidade da espécie humana e trabalha dentro da escola tentando oferecer aos alunos com necessidades educacionais especiais recursos na sala de aula regular.

Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 21),

A educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos” – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.

Mas, segundo Glat (2005) considera que

“no entanto, em que pese o crescente reconhecimento da Educação Inclusiva como norma prioritária de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, na prática esse modelo ainda não se configura em nosso país como uma proposta educacional amplamente difundida e compartilhada. Embora nos últimos anos tenham sido desenvolvidas experiências promissoras, a grande maioria das redes de ensino carece das condições institucionais necessárias para sua viabilização”. (p.35)

A escola regular, de maneira geral, não foi nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de “normalidade” (IBERNÓN, 2000).

Segundo Mantoan (2002), as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte. Nesse sentido a autora afirma que priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores.

As escolas educacionais inclusivas exigem uma atenção constante dos professores para que não seja ferido o direito humano e indisponível de todos os alunos ao ensino escolar comum. Esse direito envolve necessariamente uma reorganização pedagógica nas escolas. (PRIETO, 2006, p.80)

Com a convivência na diversidade há a possibilidade de proporcionar a administração das diferenças no aprendizado das relações interpessoais, aspecto básico da democracia e da cidadania. A pessoa com deficiência tem direito ao convívio não segregado e ao ingresso e acesso imediato aos recursos disponíveis e facilitados aos demais cidadãos.

A concepção e a proposta da inclusão desses alunos na escola regular é praticamente incontestável nos dias atuais, assentando-se sobre uma sólida base argumentativa, do ponto de vista histórico, teórico e também jurídico.

A escola inclusiva requer que se efetive no contexto educacional a ideia de ambientes que “[...] não sejam recortados na modalidade regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos os quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais”. (MANTOAN, 2003, p. 55)

## **1.1 INTEGRAÇÃO e INCLUSÃO**

Se procurarmos o significado dessas duas palavras no dicionário encontraríamos significados muito parecidos. Mas, apesar desses termos serem vistos e ouvidos como sinônimo, na prática essas duas vertentes de educação são bastante distintas. Elas são utilizadas para representar situações de inserção diferentes e têm portanto posicionamentos distintos para o cumprimento de seus objetivos.

No século XX, na década de 60, houve marcante interação da sociedade com a pessoa com necessidades educacionais especiais.

A diversidade no meio social e especialmente no ambiente escolar é fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que neles interagem.

Acreditamos que o aperfeiçoamento da qualidade do ensino regular e o aumento de princípios educacionais válidos para todos os alunos, resultarão naturalmente na inclusão escolar dos deficientes.

Nesse aspecto, os desafios que temos a enfrentar são inúmeros e toda e qualquer investida no sentido de se proporcionar um ensino para todos depende de ultrapassarmos as condições atuais de elaboração do ensino escolar para deficientes.

Faz-se necessário que os profissionais que atuam na educação se dediquem ao máximo e apliquem os propósitos da educação inclusiva em suas práticas pedagógicas, só assim conseguiremos construir uma escola inclusiva.

O princípio da integração direcionou, por muito tempo, os ideais da Educação Especial. Trata-se de um processo que visa modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais, de maneira que esta pudesse vir a se identificar, com os demais cidadãos, para então poder ser inserida, associada, a convivência igualitária em sociedade. Integrar constituía localizar no sujeito o foco da mudança, e as reais dificuldades encontradas no processo de busca de “normalização” da pessoa com deficiência. Como se ao ser diferente fosse razão para determinar sua inferioridade enquanto ser humano e ser social. Nesse modelo, ao invés de a escola ter que se adequar ao aluno, o aluno é que deve se adequar-se à escola.

A integração envolve preparar os alunos para serem colocados nas escolas regulares, o que implica um conceito de prontidão para transferir o aluno da escola especial para a escola regular. O aluno deve adaptar-se à escola, e não há necessariamente uma perspectiva de que a escola mudará para acomodar uma diversidade cada vez maior de alunos. (MITTLER, 2003, p.34)

Nesse modelo nega-se a questão da diferença; o aluno especial é inserido no contexto escolar como qualquer outro, sem consideração quanto a possíveis diferenças existentes para seu processo de aprendizagem.

No contexto da integração, a educação acontecerá na medida em que o aluno com necessidades especiais se adapta aos recursos disponíveis na escola regular.

No Brasil, a “integração escolar”, que pretendia ampliar o acesso à escola ao portador de necessidade educacionais especiais e propiciar a diversificação dos serviços anteriormente restritos às escolas especiais, resultou na proliferação das classes especiais.

Segundo Sasaki (1997, p. 32), no modelo integrativo “a sociedade em geral ficava de braços cruzados e aceitava receber os portadores de deficiência desde

que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviços que ela lhes oferecia; isso acontecia inclusive na escola”.

Nesse modelo pedagógico é possível observar a exclusão dos alunos que não se adaptam ao ensino oferecido na escola regular. Esta escola investe no sentido de adaptar o aluno com necessidades especiais à escola regular, sem trabalhar a questão da sua autonomia com o propósito de emancipá-lo, sem exercitar seu senso crítico e colaborar para que haja reflexão tanto dos alunos sem deficiência quanto dos alunos deficientes.

A inclusão por outro lado, é pensada de maneira contrária, existe a proposição e o reconhecimento de todas as diferenças que acabariam com um novo modo de organização do sistema educacional que vai muito além da mera escola em si.

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de entender às diferenças. (MANTOAN, 2007, p.45)

Na educação inclusiva é esperado que o sistema se transforme e não que a criança mude, tentando se normalizar. A educação inclusiva emergiu do modelo social da deficiência. Ela reconhece que todas as crianças são diferentes e que a escola e o sistema educacional precisam mudar a fim de atender às necessidades individuais de todos os alunos, com e sem deficiências. Inclusão, contudo, não significa que se deve tornar todo mundo a mesma coisa.

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar à escola em algum momento no futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados. (MITTLER, 2003, p. 236)

Um ingrediente chave é a flexibilidade, reconhecendo que as crianças aprendem em ritmos diferentes e que os professores precisam ter habilidades que apoiem o seu aprendizado de forma flexível. Na maioria dos casos as crianças simplesmente precisam de ensino bom, claro e acessível. Isto inclui o uso de



diferentes métodos que respondam às diferentes necessidades, capacidades e índices de desenvolvimento.

[...] sistemas segregados de ensino pouco têm servido para a melhoria da qualidade e da ampliação de oportunidades de incremento da escolarização e de inserção social do alunado que a ela tem sido encaminhado. Nesse sentido, a Educação Inclusiva como meta, como norte de uma política de educação Especial, não merece ser contestada... Mas a consecução do princípio da educação Inclusiva, por sua vez, não se efetuará simplesmente por decreto, sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a educação gradativa, contínua, sistemática e planejada de crianças deficientes nos sistemas de ensino. (BUENO, 2001, p. 25)

Percebe-se que há uma inserção lenta, porém gradual, de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns nas escolas regulares.

Enfim, o futuro da Educação Inclusiva em nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará uma revisão na postura de pesquisadores, políticos prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais para trabalhar numa meta comum que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos.

## **1.2 A INCLUSÃO E SEU PANORAMA**

A inclusão não se limita à inserção de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares, mas sim de todos indistintamente. Mais que matricular é preciso atender as necessidades de todos. Como afirma Mittler:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar a todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-las para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo 'necessidades educativas especiais'. (MITTLER, 2003, p.16)

O movimento da inclusão se fortalece no início na segunda metade da década de 80 nos países desenvolvidos e amplia-se na década de 90. É a partir dessa época que se intensificam os movimentos que irão provocar mudanças na concepção da deficiência mental e da educação especial.

Em nível mundial, acontecem diversos eventos, são elaborados diversos documentos oficiais que irão reforçar a ideia de inclusão de todas as crianças na escola, com repercussões em vários países, incluindo o Brasil.

Entre os eventos, destaca-se a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, realizada na Tailândia, em 1990 que enfatiza a importância de se universalizar o acesso à educação e de se promover a equidade. A Conferência destacou que as necessidades básicas das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial e ainda, que é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação da criança com qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Em 1994, surge a *Declaração de Salamanca*, um dos textos mais completos da inclusão na educação, evidenciando que a educação inclusiva não se refere apenas aos deficientes, mas a todas as pessoas, sem exceção. A “*Declaração de Salamanca*” representou um marco para as ações em educação especial, ao reafirmar o direito de todos à educação, incluindo as crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Outro documento relevante é a *Carta Para o Terceiro Milênio*, aprovada em Londres, Grã Bretanha, em 9 de setembro de 1999. Esta explicita um compromisso com a inclusão não apenas na escola, mas também social, pretendendo o fim da discriminação, o preconceito e da homogeneidade das pessoas. Considera, que todos os sujeitos tenham, ou não deficiência, como seres capazes, que devem ter assegurado o direito e as condições para viver em sociedade.

Os princípios da Carta para o Terceiro Milênio são reafirmados na *Convenção Interamericana para a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência*, celebrada na Guatemala, que em seu art.1º, n.2, deixa claro a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência, definindo a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Nesse documento fica evidente que todas as formas de discriminação às pessoas com deficiência são consideradas crime. O documento afirma também que se deve possibilitar em todo o mundo a acessibilidade em todo e qualquer contexto.

Ao meu ver, o objetivo da inclusão escolar é fazer com que os portadores de necessidade educacionais especiais não se adaptem a sua deficiência e, sim, vençam-na.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da escola regular ainda é um processo recente e cercado de tabus e preconceitos no cotidiano das escolas brasileiras. Ainda há um número relativamente pequeno de pesquisas nessa área e um número ainda menor de experiências bem-sucedidas que mereçam destaque. Mas é possível registrar, através de pesquisa, experiências bem-sucedidas no âmbito da educação nacional que merecem ser socializadas, pois é positivo conhecer salas de aula de escolas brasileiras que apresentem uma proposta inclusiva que mostra como a cultura do ensino colaborativo pode ser a chave para o sucesso da inclusão em nosso país.

Com o objetivo de promover a inserção social das pessoas com deficiência e de combater qualquer forma de discriminação em relação a elas, nas últimas décadas vem se instalando, em nível internacional, um processo de inclusão baseado no princípio de igualdade de direitos. A filosofia da Inclusão implica "a transformação de relações sociais estabelecidas e sedimentadas entre grupos humanos" (GLAT, 1995, p. 17), valorizando em primeiro lugar a diversidade.

Escola inclusiva é a escola que é capaz de integrar e incluir a todos com qualidade de ensino. Que consegue fazer com que todos e cada um no seu nível, possibilidades e limitações, consigam aprender e se desenvolver integralmente; que respeita as diferenças; que cria um ambiente rico com diferentes estímulos para aprender o mesmo objeto, tendo em vista as diferenças. O grau de normalidade depende da sua adaptação social.

Ainda há velhos conceitos culturais referentes às pessoas portadoras de necessidades especiais, como imaginar que elas são doentes, incapazes, que não se desenvolvem como as demais. Não são capazes de perceber que a aprendizagem e o desenvolvimento humanos são individuais. Essas pessoas não são menos desenvolvidos que as pessoas que não são portadoras de deficiência, e, sim, desenvolvem-se de maneiras distintas. Suas conquistas são muito mais

importante que suas derrotas. Para Vygotsky (1989, p.102), “é impossível apoiar-se no que falta numa criança, naquilo que ela não é. Torna-se necessário ter uma ideia, ainda que seja vaga, sobre o que ela possui, sobre o que ela é.”

Uma questão que me deixou pensando durante dias e dias é que muitas pessoas, principalmente professores e familiares buscam agilidade no aprendizado dos portadores de necessidades especiais. “Sendo a educação um processo feito por etapas, por que diante da Inclusão Escolar muitos procuram respostas rápidas?” (FIGUEIRA, 2011 p. 37). Pude perceber nos meus estágios em escolas inclusivas que os pais e muitos professores buscam agilidade no processo e não a qualidade no ensino. O aprendizado de portadores de necessidades educacionais especiais é igual ao aprendizado de pessoas não portadoras de necessidades educacionais especiais, cada um tem o seu tempo de aprendizagem.

Nós, principalmente professores e familiares, não devemos focar no fracasso dos alunos, no que eles não aprenderam, e sim em suas conquistas. E, além disso, devemos incentivar a todos os alunos para que eles consigam sempre mais. O objetivo não é que o aluno aprenda rápido, e sim, que ele aprenda e se sinta seguro com aquilo que aprendeu.

Os indivíduos não aprendem de forma isolada, mas em conjunto com os seus semelhantes, vinculados à sua época e ao seu tempo histórico. Nessa perspectiva, os seres humanos são compreendidos enquanto seres históricos e sociais que têm como características principais a capacidade de aprender e se desenvolver de forma interdependente no grupo social.

A aprendizagem e o desenvolvimento humano são individuais, logo, ninguém tem um modelo a ser seguido. Nenhum professor está preparado para trabalhar com a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais até o momento em que chegue um aluno a ser incluído em sua classe. Como disse Figueiredo (2011) ninguém em nenhuma situação está preparado para resolver algo que nunca vivenciou.

Educação Inclusiva é uma educação democrática, pois supõe que o professor saia da sua solidão, sua arrogância, falso domínio e tenha coragem de dizer não sei, tenho medo, nojo, vergonha, pena, não respeito, quero aprender ou rever minhas estratégias pedagógicas, pois não consigo ensinar para certos tipos de crianças, não sei controlar o tempo, não sei ajudar – não no sentido da co-dependência, mas no sentido da interdependência – não sei respeitar o meu aluno. (MACEDO, 2001, p. 11)

O professor acomodado alegará não estar preparado, pois rejeitar um aluno com essa alegação será muito mais fácil e rápido para se livrar da questão. O verdadeiro professor, consciente do seu compromisso e desafio ético de educar a todos que pertencerem ao seu alunado. O bom educador reconhece que a sua formação é permanente, contínua e flexível. Se preocupa com o seu processo de auto conhecimento, com a descoberta de conhecimentos e interesses próprios, com suas motivações pessoais. É capaz de se preparar bem para que possa contribuir, da melhor maneira possível, com a formação de qualquer aluno que venha a integrar a sua sala de aula.

Reconhecer que necessitamos de atualização, já é início de um processo que no tira do imobilismo e da acomodação e que, por nos inquietar, gera movimentos de busca e renovação. Pode ser sofrido e custoso, mas convenhamos, a vivência da inquietação é que nos faz avançar.

A formação continuada é uma das estratégias que nos permite desalojar o inerte, substituindo-o por novas teorias e novas práticas alicerçadas em outra leitura de mundo e, principalmente, na crença da infinita riqueza de potencialidades humanas, as nossas e as de nossos alunos.

Ao mesmo tempo em que for buscando o maior número possível de informações sobre o aluno e formas de trabalhar com ele, o professor descobrirá naturalmente, no dia a dia, suas próprias técnicas e adaptações de atuação em cada caso; pois, nenhum aluno é igual ao outro. Por isso é quase impossível seguir uma regra, cada aluno tem sua especificidade.

O professor, portanto, não poderia negar essa capacidade, esse “lugar do saber” que cada aluno tem de ocupar diante do ensino ministrado, pois o fazê-lo estaria ferindo esse princípio de igualdade intelectual e, portanto, embrutecendo-o.

O que lamentavelmente falta em nós, professores, é o espírito de pesquisadores. Deixamos de observar mais atentamente e de registrar, sistematicamente, nossos erros e acertos, nossos “jeitinhos” para remover barreiras para aprendizagem e para a participação dos aprendizes, na escola...

Precisamos fazer da nossa prática o celeiro de novas teorias ou de reforçamento das existentes. Precisamos confirmar que alguns princípios para o sucesso na aprendizagem são universais.

O professor, ele próprio sentindo-se como um pesquisador vai naturalmente, estimular o espírito crítico e investigativo de seus alunos, tornando muito prazerosa sua vinda a escola.

É preciso estar atento, os alunos jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças.

A obrigação, de nós, professores, é fazer valer o direito de todos à educação.

Para Glat e Nogueira (2002), se a pretensão é garantir educação para todos, independente de suas especificidades, deve-se assegurar

A oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos. (p. 25)

Uma das competências previstas para os professores manejarem suas classes é considerar as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas com condição indispensável para a elaboração do planejamento e para a implantação de propostas de ensino e de avaliação da aprendizagem, condizentes e responsivas às suas características.

Precisamos de educadores que não reforcem a competitividade e o individualismo destrutivo e sim que estimulem as práticas de solidariedade organizacional e de cooperação, tornando-nos mais hábeis, mais fortes, seguros e mais humanos.

Não podemos pensar que a classe comum para os alunos portadores de necessidades especiais é um mero espaço para sua socialização.

O primeiro erro que pode estar associado a essa ideia é de que alguns vão à escola para aprender e outros unicamente para se socializar. Escola é espaço de aprendizagem para todos.

### **1.3 CAMINHOS DA INCLUSÃO NO BRASIL**

Antes mesmo do “descobrimento” do Brasil, foram registrados em alguns relatos de historiadores e antropólogos, a prática de exclusão de crianças que nasciam com alguma deformidade física. Elas eram rejeitadas imediatamente, pois acreditavam-se que trariam alguma maldição para sua tribo. Os indígenas

acreditavam que as doenças/deficiências físicas eram determinação ou castigo enviado por entidades religiosas e, além disso, por ser um povo de corpo robusto, de muita força física e serem sadios, poderia ser esse, também uma das políticas de exclusão para eliminar todos aqueles que nascessem com algum tipo de deficiência visível, aqueles que nascessem fora dos padrões da tribo. Matar, atirar das montanhas, abandonar nas matas ou sacrificar essas crianças em rituais de purificação eram algumas das maneiras encontradas pelos índios de se livrar da “maldição” trazida pelos deficientes físicos ao seu povo. A religião com toda a sua força cultural colocava o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, físico e mentalmente, era uma condição para ser considerado homem; os que não eram semelhante a Deus, os que eram somente parecidos com Ele, os portadores de necessidades especiais, eram marginalizados e ignorados por toda a sociedade.

O conceito de diferenças não era compreendido ou avaliado. As coisas e situações desconhecidas causam medo. A falta de conhecimento sobre as diferenças, as deficiências, em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de necessidades especiais fossem marginalizadas, ignoradas, excluídas. “Historicamente, pessoas com deficiência ficaram por muito tempo escondidas do convívio social” Figueira (2011).

Ainda nos primeiros anos de colonização brasileira, no século XVII, tivemos a chamada medicina jesuítica, onde surgiram os primeiros hospitais das Irmandades de Misericórdia, as Santas Casas de Misericórdias, eram criadas. Elas surgiam a partir de iniciativas da Igreja Católica, que eram criadas com o objetivo de cuidar dos excluídos, uma forma de assistencialismo, da época: os portadores de necessidades especiais, os órfãos, os velhos, os doentes, os pobres, dentre outros.

Nesse período, tivemos a primeira iniciativa em torno da Educação Especial. Manuel de Andrade de Figueiredo, sua obra principal *Nova escola para aprender a ler, escrever e contar* confirma a necessidade de se ter um instrumento didático unificador das práticas dos professores tanto em relação aos conteúdos escolares como em relação aos métodos, recursos e meios de aprendizagem. Essa cartilha que destinava sistematizar os procedimentos metodológicos indispensáveis à aprendizagem da leitura, da escrita e dos rudimentos da aritmética, fundamentava a aquisição do conhecimento com base na observação, na dedicação, na

meticulosidade e no cumprimento das normas estabelecidas. Segundo Figueira (2011):

Figueiredo orientava o professor a observar o ritmo de aprendizagem em função da capacidade real do aluno, não podendo ser demasiadamente rápido, pois, embora este possuísse uma boa memória, faltava-lhe habilidade para realizar operações lógicas complexas.(página)

Aos mestres pretendia chamar atenção para “[...] a dignidade do seu officio, com as obrigações, e circunstancias que lhe incumbem, para com perfeição o exercitarem.” (FIGUEIREDO, 1722, p. 1). Com base nas preocupações expressadas por Figueiredo, a principal função do mestre no cotidiano escolar era, além de bem ensinar, evitar as fugas e abandonos dos alunos de sua classe. Para isso, ele deveria moderar o tratamento disciplinar ministrado aos seus alunos, especialmente, no que se referia aos castigos físicos, estimular o aprendizado do aluno e não punir por sua capacidade; desse modo eles aperfeiçoariam seu intelecto, alcançariam “mais clareza de engenho”. Assim, por intervenção de Manuel de Andrade de Figueiredo, surgiram as primeiras tentativas de concretizar a Educação Especial no período jesuítico no Brasil, a tentativa de ensinar conforme o tempo de aprendizado de cada um.

Todos os movimentos em nível internacional tiveram, também, a influência na definição das políticas inclusivas em nosso país.

Foi exatamente em 12 de setembro de 1854 que foi criada a primeira instituição para pessoas portadoras de necessidades especiais. Dom Pedro II, através do Decreto Imperial n. 1.428, fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, conhecido hoje como Instituto Benjamin Constant. Depois, em 1857, foi fundado, também no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, conhecido hoje com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Esta era voltada para educação literária e ainda tinha o objetivo de profissionalizar os alunos surdos-mudos com idade de 7 a 14 anos.

A partir dessas iniciativas podemos perceber que a deficiência visual e auditiva mostram uma aceitação maior e conseqüente postura de educabilidade maior que as outras deficiências.

Segundo Mazzota (2001, p.27)



[...] iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Durante um século, tais providências caracterizavam-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiência.

De acordo com o autor, somente no final dos anos de 50 e começo dos anos 60, do século XX é que começam a ocorrer na política educacional brasileira, “[...] a inclusão da educação de deficientes, da educação de excepcionais ou da educação especial”. (p. 27)

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmou, pela primeira vez, que "toda pessoa tem direito à Educação". Mas foi somente nas décadas de 1980 e 90 que começaram a surgir mais enfaticamente declarações e tratados internacionais na defesa dos direitos de grupos minoritários e excluídos como mulheres, negros, povos indígenas, crianças, pobres, deficientes, nômades, homossexuais, imigrantes, exilados, refugiados de guerra etc.

O direito de todos à educação está fundamentado na Declaração Mundial de Educação para Todos, considerando que 100 milhões de crianças não tinham acesso ao ensino primário e 960 milhões de adultos eram analfabetos, defendeu a universalização do acesso à educação como forma de promover a equidade social, foi firmada em Jomtiem, na Tailândia, em 1990 e, principalmente, nos postulados produzidos em Salamanca, Espanha, em 1994, na “*Conferencia Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade*”.

A conferência de Salamanca marcou um novo ponto de partida para milhões de crianças privadas de educação. Ela forneceu uma oportunidade única de colocação da educação para necessidades especiais dentro da estrutura mais ampla do movimento de Educação para Todos, lançado em Jomtiem, Tailândia, em 1990, e ela veio a um tempo em que os líderes mundiais e o sistema das Nações Unidas estavam adotando uma nova visão e dando seus primeiros passos em direção à sua realização. (UNESCO, 1994, p. 15)

A assinatura da Declaração de Salamanca recomendasse princípios, políticas e linhas de ação voltadas para as pessoas com necessidades educacionais especiais, reconhecendo as diferenças e buscando promover uma educação que atendesse às necessidades de cada um, especialmente aos mais desfavorecidos, como as crianças pobres e/ou deficientes. Esses foram os primeiros indícios de uma proposta de inclusão em âmbito educacional.

A Conferência de Salamanca, então, proveu a primeira oportunidade internacional significativa para construir com base nessas iniciativas [de Educação para Todos] e para assegurar que as crianças com necessidades educacionais especiais, seja como forem definidas, sejam incluídas de fora [para dentro, no sentido da participação social] nos planos nacional e local de forma a abrir as escolas a todas as crianças e assegurar que as escolas se transformem em ambientes prazerosos e desafiadores. (UNESCO, 1994, p. 16)

Merece destaque o conceito de necessidades educacionais especiais que propõe um novo olhar sobre a deficiência, mais educacional e menos patológico. Necessidades educacionais especiais devem ser compreendidas como dificuldades ou elevadas capacidades, permanentes ou circunstanciais, manifestas em relação ao processo de aprendizagem de qualquer ser humano em algum momento de sua vida. Essas necessidades são, portanto, fruto das interações que os sujeitos estabelecem com o meio em seu processo de aprendizagem e que devem e podem ser superadas, de acordo com os apoios e suportes que recebem.

Esse conceito amplia o conceito de deficiência originalmente associado às pessoas que apresentam algum tipo de limitação física, cognitiva ou sensorial. Ou seja, implica o fato de que um indivíduo pode superar suas necessidades educacionais especiais sem, contudo, deixar de ter deficiência, distúrbio de comportamento ou alta habilidade.

Os termos do Parecer do Conselho Nacional de Educação fundamentaram o Decreto Legislativo n.198, aprovado pelo Congresso Nacional, promulgado pela Presidência da República através do Decreto n.3.956, de 08 de outubro de 2001. Deste modo, passamos a ter um documento, voltado à inclusão com valor igual a uma lei ordinária já que se refere a direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, portanto, está acima de leis, resoluções e decretos.

Lembremos que, antes mesmo de alguns destes documentos internacionais, o princípio da inclusão já estava estabelecido em nosso país, uma vez que na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, há referências expressamente ao direito da igualdade e, nos artigos 205 e seguintes, o direito de todos à educação.

Além disso, elege como um dos princípios para o ensino, a *“igualdade de condições de acesso e permanência na escola”* (art.206, inc.), acrescentando que o *“dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos*

*níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um*” (art. 208, V).

Ainda em seu artigo 208, inc.III, refere-se a “*atendimento educacional especializado*”, ou seja implica oferecer às pessoas com deficiência instrumentos necessários à eliminação de barreiras para relacionar-se com o ambiente externo para que seja possível dar às crianças um atendimento de qualidade, seja aos alunos com ou sem deficiência.

O *atendimento educacional especializado* (AEE) pretende garantir que sejam reconhecidas e atendidas as especificidades de cada criança com deficiência. Este atendimento, porém, não substitui a escola comum e, de acordo com a Constituição Federal, deve preferencialmente, ser oferecido nas escolas comuns da rede regular.

O AEE é um serviço da Educação Especial que *identifica, elabora e organiza* recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O *atendimento educacional especializado* é diferente do ensino escolar. Esse atendimento é complementar ou suplementar ao ensino regular, mas não substitui o ensino comum. Isto porque, alunos com deficiência e os demais, que são público-alvo da Educação Especial, precisam ser atendidos nas suas especificidades para que possam participar ativamente do ensino comum.

Mais especificamente, o AEE deve se articular à proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas no contexto das salas de aula de ensino comum, visando:

- Apoiar o desenvolvimento do aluno com deficiência, transtornos gerais de desenvolvimento e altas habilidades;
- Disponibilizar o ensino de linguagens e de códigos específicos de comunicação e sinalização;
- Oferecer tecnologia assistiva
- Adequar e produzir materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas dos alunos que dele participam;
- Oportunizar o enriquecimento curricular (para alunos com altas habilidades).

O AEE é organizado para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e de participação dos alunos com deficiência, e dos demais que são público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns. Constitui-se como oferta obrigatória dos

sistemas de ensino em todas as suas etapas e modalidades da educação básica e ensino superior. Todavia, cabe ao aluno e/ou aos seus pais a decisão por participarem deste tipo de serviço.

Outro documento importante é a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDBEN (Lei nº 9.394/96), pautada na *Declaração de Salamanca* que significou um novo ponto de partida para as ações da educação especial no Brasil. Na LDBEN, a educação especial passou a ser compreendida como parte integrante da educação geral, adotando o princípio da inclusão, que defende que “*o ensino seja ministrado a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais preferencialmente no sistema comum de educação*”.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), o destaque recebido sob forma de um capítulo exclusivo para a Educação Especial, reafirma o direito à educação, pública e gratuita, das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades no conjunto das políticas públicas brasileiras. Especialmente quando refere-se ao *atendimento Educacional Especializado*, informando que “[...] o mesmo será feito em classes, escolas, ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular” (Art. 58).

A partir dos movimentos internacionais e da LDB, efervesceu, no País, um movimento de enorme força sinalizando que todas as pessoas têm direito à educação, independentemente de classe, raça ou gênero, incluindo aqueles que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais e intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente e que, no processo de interação socioambientais, apresentam necessidades educacionais especiais. Considerando o caráter preventivo do atendimento educacional a essas crianças inclui-se, também, os bebês considerados de “risco” para o desenvolvimento normal.

Os princípios e diretrizes emanados dos documentos nacionais e internacionais têm gerado polêmicas no Brasil levando alguns educadores a questionarem, se é possível ou não a inclusão escolar; se é possível existir uma escola inclusiva numa sociedade que não é.

Sabemos que construir uma sociedade e uma escola inclusiva não é tarefa fácil, não se faz num passe de mágica, de uma hora para outra, só porque,

desejamos. Há uma grande distância entre o que idealizamos e o que é possível realizar.

A construção da sociedade passa pelo aprimoramento das relações sociais, pela não categorização das pessoas por ordem e valor. Passa por olhar cada pessoa e buscar nela seu real valor e não seus defeitos.

Se acreditamos que a escola inclusiva é capaz de acontecer, acreditamos também que uma sociedade excludente possa se transformar em uma sociedade mais humana, mais solidária, não somente para as pessoas portadoras de deficiência, mas também para todas as outras pessoas, para todos os seres humanos.

## Capítulo 2: INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Constituição Brasileira de 1988 garante o acesso ao ensino fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção, e deixa claro que a criança com necessidade educacional especial deve receber atendimento especializado complementar, de preferência dentro da escola. Como já dito, a inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a Convenção da Guatemala, de 2001, que proíbem qualquer tipo de diferenciação, de exclusão ou de restrição baseadas na deficiência das pessoas.

Segundo Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, procuradora da República responsável pelos direitos do cidadão no Estado de São Paulo, no biênio 2002–2004, “o acesso das pessoas com deficiência ao ensino formal é garantido até pela legislação penal, pois o artigo 80, da Lei no 7.853/89, prevê como crime condutas que frustram, sem justa causa, a matrícula de aluno com deficiência”. Sendo assim, a exclusão é crime. O acesso de alunos com deficiência a escolas comuns não é mera opção de seus pais ou responsáveis, e a conduta excludente das escolas pode ter consequências cíveis, penais e administrativas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 10% das pessoas têm algum tipo de deficiência, o que representaria 15 milhões de brasileiros, de acordo com o Censo do IBGE de 2000.

O universo de pessoas com deficiência entre 0 e 17 anos fica em torno de 820 mil. Dentre essas, cerca de 190 mil crianças fazem parte do público a ser atendido pela educação infantil.

O número de crianças com algum tipo de deficiência na rede regular de ensino do país cresce a cada ano.

A diversidade no meio social e especialmente no ambiente escolar é fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que neles interagem.

[...] quando eles [os alunos portadores de necessidades especiais] veem seus colegas sem deficiência realizando certas tarefas, serão estimulados a imitá-los e se estimularão, superando suas próprias deficiências, e certamente não teria esses estímulos se ficassem em instituições especializadas entre alunos com deficiências semelhantes. (FIGUEIRA, 2011, p.38)

Na perspectiva da educação inclusiva, o foco não é deficiência do aluno e sim os espaços, os ambientes, os recursos que devem ser acessíveis e responder a especificidade de cada aluno. Portanto, a acessibilidade dos materiais pedagógicos, arquitetônicos e nas comunicações, bem como o investimento no desenvolvimento profissional, criam condições que asseguram a participação aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Vivemos um tempo de transformação de referências curriculares, que indicam que não cabe ao aluno se adaptar à escola tal como foi construída; a escola é que deve se reconstruir para atender a toda a sua comunidade, da qual fazem parte pessoas com e sem deficiência. Portanto, são necessárias as adaptações nos espaços e nos recursos e principalmente uma mudança de atitude, que já reflitam a concepção de desenho universal, não só na estrutura física das escolas, como também no desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem e nas relações humanas.

Para Ferreira e Guimarães (2003, p. 117),

O contato das crianças entre si reforça atitudes positivas, ajudando-as a aprender a ser sensíveis, a compreender, a respeitar e a crescer, convivendo com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares. TODAS as crianças, sem distinção, podem beneficiar-se das experiências obtidas no ambiente educacional. Os alunos com deficiência, em especial, quando em ambiente inclusivos, podem apresentar melhor desempenho no âmbito educacional, social e ocupacional. Eles aprendem como atuar e interagir com seus pares no mundo “real”.

Acredita-se que a escola é o lugar em que esse aluno está sendo formado para a vida pública, construindo sua identidade a partir dos confrontos com as diferenças e da convivência com o outro. Esta inclusão é importante porque distancia os alunos com deficiência de centros especializados públicos e privados que os privam de um ambiente de formação comum a todos, discriminando-os, segregando-os.

Não apenas no Brasil, mas no mundo todo, as políticas para a infância deparam-se com tensões envolvendo a relação família-estado frente à responsabilidade perante a criança pequena, a conciliação entre o trabalho dos pais e responsabilidade familiar e o enfoque sobre o desenvolvimento infantil e ensino-aprendizagem... Responder a elas requer um novo olhar para as necessidades das crianças e de suas famílias em uma revisão das formas tradicionais de atendimento oferecidas. (HADDAD, 1999, p. 2)

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade. É um direito humano e social de todas as crianças sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços de rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência física ou mental, nível socioeconômico ou classe social. A educação infantil é um direito de todas as crianças, sem requisito de seleção.

Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança [...], em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (LDB, art.29).

Escola inclusiva é aquela ligada à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive as associadas a alguma deficiência. Para que se possa favorecer a construção de uma escola inclusiva, faz-se necessário observar determinadas condições:

1. Valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social.
2. Constar nas políticas educacionais, marcos legais que favoreçam a educação inclusiva.
3. Definir a inclusão como um projeto da escola que incorpora a diversidade como eixo central da tomada de decisões.
4. Eleger o currículo comum (RCNEI) com as devidas adaptações ou complementações curriculares como referencial para a educação.
5. Contar com currículos amplos, equilibrados, flexíveis e abertos.
6. Colocar serviços de apoio à disposição da escola, dos professores e pais colaborando na organização, estruturação do trabalho e reflexão da prática pedagógica.
7. Incentivar atitudes solidárias e cooperativas entre os alunos e os demais membros da comunidade escolar.
8. Adotar critérios e procedimentos flexíveis de avaliação do desenvolvimento e da aprendizagem da criança.
9. Adquirir equipamentos, recursos específicos e materiais didático-pedagógicos para apoiar ao aluno e professor.



10. Garantir formação inicial e continuada ao professor, além de apoiar pesquisas ou inovações educativas.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil apresenta ainda características relevantes, tais como:

- *Adequação*: elaboração do currículo conforme a avaliação dos interesses, habilidades e necessidades das crianças;
- *Coerência*: a organização interna é consistente com uma ordenação didática que facilita a compreensão do seu conteúdo curricular e sua relação com os componentes que a integram;
- *Flexibilidade*: o conteúdo curricular tem estrutura aberta, que permite a introdução de novos elementos e a modificação dos existentes;
- *Multiplicidade*: os referenciais devem gerar diferentes propostas pedagógicas atendendo as demandas e peculiaridades de cada região;
- *Abrangência*: destina ao atendimento educacional de toda criança independente da condição de seu desenvolvimento.

Para que a inclusão aconteça, é preciso olhar a educação de outro modo. Isso é o que preconiza a professora Maria Tereza Eglér Mantoan (2003), também afirma que a inclusão escolar “pegou a escola de calças curtas” e o nível de escolaridade mais atingido por essa inovação foi o do ensino fundamental, apesar de estar “mexendo” também com a educação infantil.

A professora adverte, ainda, que a escola, organizada como está, produz a exclusão. Ela diz que para entender a razão de tanta dificuldade é preciso analisar o contexto escolar. “Os alunos estão enturmados por séries, o currículo é organizado por disciplinas e o conteúdo é selecionado pelas coordenações pedagógicas, pelos livros didáticos, enfim, por uma ‘inteligência’ que define os saberes úteis e a sequencia em que devem ser ensinados” (2003, p.28 e 29), analisa. “A divisão do currículo em disciplinas fragmenta e especializa o conhecimento e faz do conteúdo de cada uma dessas matérias um fim em si mesmo e não um meio para esclarecer o mundo em que vivemos e para entendermos a nós mesmos”(2003, p.29), argumenta. “Com esse perfil organizacional, dá para imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, esta é uma prática que tem de ser banida” (2003,p. 29), aconselha.

Todas as estratégias e argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, diversidade, do que é real nos seres e nos grupos humanos.

O desafio da inclusão está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção, a divisão do ensino nas modalidades especial e regular, as especializações e especialistas, o poder das avaliações, da visão clínica do ensino e da aprendizagem. É difícil manter resguardados e imunes às mudanças todos os que colocam nos alunos a incapacidade de aprender.

As crianças devem estar todas juntas aprendendo. A diferença é um fator importante para os processos de aprendizagem e desenvolvimento, pois eles se tornam mais efetivos quando se tem a oportunidade de realizar trocas com pares em níveis de aprendizagens e desenvolvimento diferentes, gerando novos desafios e contribuindo para que as pessoas avancem em suas conquistas.

Glat (1998) sugere que a inclusão escolar na Educação Infantil, para crianças com deficiência de vários graus, seria perfeitamente viável e deveria ser a opção preferencial de projetos políticos de implantação da inclusão. Tais considerações permitem eleger o sistema de Educação Infantil como um dos focos prioritários para a implantação inicial de diretrizes políticas.

As reações de crianças pequenas à presença de pessoas com dificuldades é muito diferente da resposta dos adultos,; e que esse é um dos motivos pelos quais a primeira infância parece ser a fase mais oportuna para começar a quebrar as barreiras sociais e a discriminação com as quais normalmente se defrontam pessoas com limitações.

No que diz respeito ao período da infância, considera a *Inclusão* escolar como alternativa necessária, a ser implementada desde os primeiros anos de vida. Para a efetivação desse modelo, requer a positiva participação da Instituição, da família e também da própria criança, em um esforço conjunto de aprendizagem compartilhada.

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos de vida, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. a aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é a

mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica nesse período.

Nessa nova perspectiva, a educação assume as funções: social, cultural e política, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, através das interações que estabelece com o meio. Essa escola promove a oportunidade de convívio com a diversidade e singularidade, a participação de alunos e pais na comunidade de forma aberta, flexível e acolhedora.

Nos primeiros anos de vida, devem ser abertas janelas de oportunidades para que as crianças aprendam determinados tipos de aprendizagem, que se não forem adquiridas nesse período crítico se tornam difíceis, quando não impossíveis, de serem adquiridas mais tarde. Assim, as novas descobertas científicas têm colocado cada vez mais em evidência a importância dos primeiros anos de vida e o papel que o ambiente tem nesse processo. E esse avanço tem implicado numa crescente preocupação social com o cuidado e a Educação Infantil.

No caso específico das crianças que já nascem ou adquirem desde muito cedo as necessidades educacionais especiais, há muito tempo já é reconhecida a importância de um processo educacional formal na primeira infância, que é conhecida na literatura como intervenção precoce.

A intervenção precoce esta embasada na hipótese fundamental de que as crianças com dificuldades diferem de algum modo das crianças com desenvolvimento normal. Além disso, assume-se que essas diferenças criam uma demanda para tipos de serviços que vão além do que normalmente se encontra disponível para a maioria das crianças; e em maior ou menor grau, elas necessitem de estratégias instrucionais, tratamentos terapêuticos, equipamentos especiais ou ambientes estimuladores que sejam diferentes daqueles necessários para as crianças com desenvolvimento normal.

Hoje os maiores argumentos contra a inclusão na Educação Infantil, e até mesmo nos outros seguimentos educacionais, é a falta ou insuficiência de treinamento para professores; a sobrecarga de trabalho e a falta de outros serviços considerados fundamentais, tais como a avaliação individualizada, intervenção

planejada para atender as necessidades específicas de cada criança, bem como a oferta de suporte familiar; o baixo salário.

Ambientes inclusivos podem favorecer o desenvolvimento das crianças por oferecer um meio mais estimulador (cognitiva, social e linguisticamente) do que ambientes segregados; com suporte necessário e apropriado, as crianças pequenas com necessidades educacionais especiais podem tanto adquirir habilidades complexas quanto participar com sucesso de ambientes inclusivos; a participação e pertinência são as variáveis chaves, e dependem de atividades específicas que são dirigidas ou mediadas pelo professor ou educador; o engajamento social é maior em ambientes inclusivos, e que, é possível minimizar casos de isolamento social, através de intervenções específicas ou de práticas que preveem a construção de interações sociais como parte do currículo.

Sailor (2002), concluiu que a inclusão na Educação Infantil traz benefícios nos relacionamentos sociais; e quando tem o envolvimento da família e da comunidade torna-a menos custosa.

Comprova-se, então, que ocorrem aprendizagem e desenvolvimento por meio da participação em ambientes mais desenvolvidos e esse tem sido um dos principais argumentos utilizados para apoiar programas inclusivos na Educação Infantil. Os estudos nos mostram que, com o suporte necessário e apropriado, as crianças pequenas com necessidades educacionais especiais podem adquirir habilidades complexas e participar com sucesso de ambientes inclusivos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante que a Inclusão Escolar aconteça desde a Educação Infantil? Com essa pergunta comecei minha pesquisa e a ela voltarei.

Se desejarmos uma sociedade verdadeiramente democrática, no qual todos possam ter uma vida decente, temos de fazer da inclusão, tanto escolar quanto social, uma realidade.

Sociedade democrática não é aquela que atende ao desejo da maioria, mas aquela que garante o direito de todos. Cada um de nós deve se tornar democrático para que a sociedade comece a se transformar em uma sociedade democrática.

Penso na inclusão como uma possibilidade, ainda há um grande caminho a percorrer para que ela se torne realidade. Se olharmos a nossa volta veremos que ainda temos que caminhar um percurso muito longo para construirmos uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

O que a literatura vem apontando é que o contexto de educação infantil, se especializado ou inclusivo, afeta diferencialmente a oportunidade de interação social com colegas. As evidências sugerem que os ambientes inclusivos são contextos mais produtivos para promover habilidade de interação social com pares, em comparação com ambientes educacionais segregados.

Os estudos também apontam que, se queremos inserir crianças pequenas que tenham necessidades educacionais especiais nas creches, então temos que proporcionar os meios de fazer com que isso ocorra da melhor forma possível.

Numa revisão de estudos sobre o impacto de práticas inclusivas, Sailor (2002) concluiu em relação à Educação Infantil que os serviços de equipe interdisciplinar contribuem para o alcance de resultados positivos nos programas inclusivos, mas que para o serviço seja efetivo é necessário tempo adequado para o planejamento, agendas eficientes e uso racional do tempo.

Quando acontecer a inclusão de todas as crianças, principalmente nos primeiros anos de escolaridade, iremos conseguir aos poucos mudar a mentalidade da sociedade, fazendo com que os paradigmas sejam quebrados e extintos de vez. Sabemos que é difícil, mas não é impossível. Devemos fazer com a inclusão escolar assim como foi feita a inclusão da mulher na sociedade, lenta, mas, eficaz que aos poucos foram conquistando e impondo os seus direitos. Agora, as mulheres são reconhecidas na sociedade.

Como salienta Jobim e Sousa (2003, p. 83-84),

a compreensão que o sujeito tem de si se constitui através do olhar e da palavra do outro. Cada um de nós ocupa um lugar determinado no espaço e deste lugar único revelamos o nosso modo de ver o outro e o mundo físico que nos envolve. [...], pois ser significa ser para o outro e, por meio do outro, para si próprio. É como o olhar do outro que me comunico com o meu interior. Tudo o que diz respeito a mim chega a minha consciência através do olhar e da palavra do outro, ou seja, o despertar da minha consciência se realiza na interação com a consciência alheia [...]. Portanto, a construção da consciência de si é fruto do modo como compartilhamos nosso olhar com o outro.

Sempre a história se referiu à mulher como sendo um ser frágil, digna de pena e proteção, deixando espalhada por toda a parte a sua inferioridade física a sua inferioridade intelectual. Assim, também, é visto o portador de necessidades educacionais especiais.

Creio que assim acontecerá com os portadores de necessidades educacionais especiais. Não podemos baixar a cabeça e fingir que não estamos vendo. Devemos abraçar a causa e seguir em frente, lutando para que realmente aconteça.

É preciso manter a capacidade de nos indignar frente às injustiças, de não aceitar que os seres humanos sejam tratados como objetos indesejáveis. O trabalho pela inclusão se faz dia após dia, no nosso cotidiano, olhando o nosso próximo com respeito, seja ele quem for. Porque quando nós mudamos o mundo se transforma.

A sociedade inclusiva é, sim, possível e, sem dúvida, será uma sociedade melhor não apenas para as pessoas com deficiências, com deficiências significativas, precariamente ou marginalmente incluídas, mas será uma sociedade muito melhor, muito mais digna, para todos nós.

## REFERÊNCIAS

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?**, São Paulo, Paulus, 2006

BLANCO, R. **Aprendiendo en la Diversidad: implicaciones educativas**, *In: Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial*. Vol.1 Foz do Iguaçu: Paraná, 1998.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN, nº9.394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC, SEESP, 2001. 79p.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. PNE nº 10.172. Brasília: Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia **Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação sinalização : deficiência visual**. [4. ed.] / elaboração profª Marilda Moraes Garcia Bruno – consultora autônoma. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 81 p. : il.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre, Mediação, 2004

\_\_\_\_\_. **Removendo as barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**, Porto Alegre, Mediação, 2010.

DRAGGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil**, Rio de Janeiro , Wak Editora, 2011.

ESPAÑA. Conferência Mundial de Educação Especial, Salamanca. **Regras Padrões sobre Equalização de oportunidades para Pessoas com deficiências**. Salamanca, 1994.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação Inclusiva**, São Paulo, Brasiliense, 2011.

FIGUEIREDO, Manuel Andrade de. **Nova escola para aprender a ler, escrever e contar**. Lisboa Occidental: Oficina de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722. Disponível em: < [www.bnportugal.pt](http://www.bnportugal.pt) > Acesso em: 20 maio de 2013.

GLAT, R. **Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão.** 3. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

GLAT, Rosana, NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima. **Políticas educacionais e a formação de professores no Brasil** . In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação Especial, ano 14, nº 24, 2002

GODÓI, Ana Maria Educação infantil: **saberes e práticas da inclusão**: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla. Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. [4. ed.]

\_\_\_\_\_. Educação Infantil: **saberes e práticas da inclusão**: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física. Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.[4. ed.]

MANTOAN, M. T. E. **inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**, São Paulo, Cortez, 2011

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

PEREIRA, Beatriz Regina; NASCIMENTO, Maria Letícia B.P. (Orgs.) **Inclusão e Exclusão: múltiplos contornos da educação brasileira**, São Paulo, Expressão e Arte, 2006.

PIRES, José. A questão ética frente às diferenças: uma perspectiva da pessoa como valor. In: MARTINS, L. A. R. e col. (org.). **Inclusão: compartilhando saberes.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

PRIETO, Rosangela G. atendimento escolar de alunos com necessidades educativas especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar.** São Paulo: Summus, 2006.

SAILOR, W. **Inclusion.** President's Commission on Excellence in Special Education. Research Agenda Task Force. Nashville, Tennessee, 2002.

SANTOS, M.P, PAULINO, M.M. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, Susan, STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.



STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño. **Educação Inclusiva:** um novo olhar sobre Educação Especial. Educação-PUCRS. Porto Alegre, ano XXIII, n.42, nov.2000.

TAILÂNDIA. **Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos.** Jomtien, 1990.

TRISTÃO, Rosana Maria. **Educação infantil:** saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. [4. ed.] / elaboração prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Rosana Maria Tristão (do nascimento aos três anos de idade – Universidade de Brasília/UnB, prof<sup>a</sup> Ide Borges dos Santos (quatro a seis anos de idade) – MEC/SEESP (especialista em deficiência mental). – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 65 p. : il.